



**ACÓRDÃO Nº1892/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11926/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Edson de Oliveira Serrao (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1108/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Edson de Oliveira Serrao**, responsável pela Câmara Municipal de Juruá, exercício de 2019;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Edson de Oliveira Serrao** no valor de R\$ 20.481,58 conforme descrição a seguir:

**10.2.1. R\$ 13.654,39** com esteio no art. 54, VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, em razão das impropriedades listadas nos itens 1.3, 1.4, 2.1, 2.2, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.4.1, 2.4.2, 2.5.1 e 2.5.2 da fundamentação desta Proposta de Voto;

**10.2.2. R\$ 6.827,19** com fundamento no art. 54, V, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM em razão dos danos ao erário descrito nos itens 2.3.4, 2.4.3 e 2.5.3 da fundamentação desta Proposta de Voto;

**10.2.3.** O valor da multa deverá ser recolhido no prazo de **30**



**ACÓRDÃO Nº1892/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**(trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcançe o Sr. Edson de Oliveira Serrao** no valor de **R\$ 41.117,15** em razão dos débitos ao erário descritos nos itens 2.3.4, 2.4.3 e 2.5.3 da fundamentação desta Proposta de Voto e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Juruá;

**10.4. Dar ciência** do desfecho dos autos à advogada constituída nos autos (fls. 125), **Dra. Luciene Helena da Silva Dias**, e ao **Sr. Edson de Oliveira Serrao**, ex-Presidente da Câmara Municipal de Juruá.

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**ACÓRDÃO Nº1892/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral